

# Universidade Aberta do Brasil (UAB) na UFMT e a democratização do ensino superior em Mato Grosso

The Open University of Brazil (UAB) in UFMT and the democratization of higher education in Mato Grosso

Carlos RINALDI<sup>1</sup>

## Resumo

Para fomentar a Educação a Distância, o governo federal instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que integra as instituições públicas que oferecem cursos de nível superior para camadas da população com dificuldade de acesso à formação universitária. Este trabalho mostra a participação da UFMT na democratização do ensino superior em nosso país. Os dados apresentados (11.470 vagas e 5.079 titulados) apontam para uma instituição que se posiciona positivamente frente ao desenvolvimento social, acadêmico e econômico de Mato Grosso, estando presente em 19 municípios polo, comprometida com a interiorização de cursos de formação inicial e continuada de excelente qualidade.

**Palavras-chave:** Democratização. Ensino Superior. EaD no Ensino Superior. UAB/UFMT.

## Abstract

To promote Distance Education, the federal government created the Open University of Brazil (UAB) System, which integrates public institutions offering higher education programs for population segments with limited access to university education. This work shows the participation of UFMT in the democratization of higher education in our country. The data presented (11.470 openings and 5.079 certificated) point to an institution that is positively positioned in favor of the social, academic and economic development of Mato Grosso, present in 19 cities, committed to the internalization of pre-service and in-service training programs with excellent quality.

**Keywords:** Democratization. Higher Education. Distance Education in Higher Education. UAB / UFMT.

---

1 Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Instituto de Física, Grupo de pesquisa Ciências Naturais, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Coordenador UAB/UFMT). Rua Buenos Aires, 100. Cuiabá/MT. CEP: 78060-634. Tel.: 3615 6273 – Cel. 92253113. Email: <rinaldi@ufmt.br>.

## Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394/1996, permitiu o início dos programas atuais de educação a distância no Brasil por apresentar, em seu artigo 80, a seguinte proposição:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (BRASIL, 1996).

Observe-se que, diferentemente da Lei 5.692, de 1970, que dimensionava a abrangência da Educação a Distância (EaD) apenas para o ensino supletivo, a Lei 9.394 abriu a possibilidade de oferta de Educação a Distância para todos os níveis e modalidades de ensino.

O artigo 80 propõe a oferta de EaD com regime especial, prevendo o credenciamento pela União das instituições que ofertam essa modalidade de ensino, propondo normas para produção, controle e avaliação de programas para sua autorização e também indicando um tratamento diferenciado em sua oferta, que contaria com benefícios de difusão por rádio e televisão, por exemplo, através da concessão de canais específicos para essa finalidade. Quase 20 anos depois da promulgação dessa lei, muitos desses aspectos já foram organizados do ponto de vista da oferta de educação a distância no país, mas ainda há muitos caminhos a trilhar no que tange, por exemplo, à institucionalização da EaD pelas instituições públicas (COSTA et al., 2015 apud CAVALCANTI, 2015).

Entre os avanços da Educação a Distância no país, está o da convergência com a educação presencial. Em 2004, com a Portaria 4.059, de 10 de dezembro (BRASIL, 2004), abre-se a oferta de educação a distância nos cursos superiores. Essa portaria prevê a inserção, na organização pedagógica e curricular dos cursos superiores reconhecidos, da oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial. Essa portaria, no entanto, delimitou essa oferta a até 20% da carga horária total dos cursos, podendo as disciplinas serem ofertadas integral ou parcialmente a distância.

Dizem Costa et al. (2015) que esse é um dos aspectos da EaD, mas a especificidade da Educação a Distância vai ser definida, de forma mais significativa, pelo Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Esse decreto regulamenta o artigo 80 da LDB e, entre outros aspectos, define o que se entende por educação a distância no país, prevendo a possibilidade de oferta de EaD nos seguintes níveis e modalidades:

Art.2º.A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I – educação básica, nos termos do artigo 30 deste decreto;

II – educação de jovens e adultos, nos termos do artigo 37 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

III – educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV – educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) técnicos, de nível médio; e

b) tecnológicos, de nível superior;

V – educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) sequenciais;

b) de graduação;

c) de especialização;

d) de mestrado; e

e) de doutorado. (BRASIL, 2005).

A ampla abertura da oferta só não atinge a educação fundamental, conforme aponta o artigo 30 do decreto:

Art. 30. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinamentos fundamental e médio a distância, conforme o § 4º do artigo 32 da Lei 9.394, de 1996, exclusivamente para:

I – a complementação de aprendizagem; ou

II – em situações emergenciais. (BRASIL, 2005).

Para Costa et al. (2015), esse decreto traz um grande avanço para a educação a distância no país, pois a equipara à educação presencial, vinculando-a aos mesmos sistemas de avaliação (como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade), e permite a autonomia das instituições na criação, organização e extinção da oferta de cursos a distância (estando, evidentemente, credenciadas pela União para a oferta de EaD).

Esses aspectos facilitaram a oferta, mas não significaram, necessariamente, a adesão do ensino público à EaD, o que, de fato, demorou a ocorrer e gerou uma lacuna legal entre a promulgação da LDB (1996) e a publicação do Decreto 5.622 (2005), que permitiu a oferta de inúmeros cursos a distância no país sem nenhum controle ou avaliação pelo Estado. Esse fato, que aparentemente poderia indicar a democratização do acesso à educação no país, trouxe consigo alguns problemas: a oferta de cursos caça-níqueis, por exemplo, sem nenhuma preocupação pedagógica, que gerou, ou enfatizou, o preconceito a respeito da EaD (COSTA et al., 2015).

As instituições públicas deixaram de aderir à EaD não por falta de interesse, mas por falta de recursos específicos para esse fim. Não se pode esquecer que a educação no Brasil tem uma longa história de limitação de recursos. Esse tipo de fomento específico viria logo após a promulgação do Decreto 5.622, com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

No esforço de fomentar a educação a distância no país, o governo federal publicou, ainda, o Decreto 5.800, de 8 de julho de 2006, que cria o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O sistema integra as instituições públicas que oferecem, por meio da educação a distância, cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, municípios e do Distrito Federal. De acordo com esse decreto, são objetivos do Sistema UAB:

- I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- III – oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV – ampliar o acesso à educação superior pública;
- V – reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país;
- VI – estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII – fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

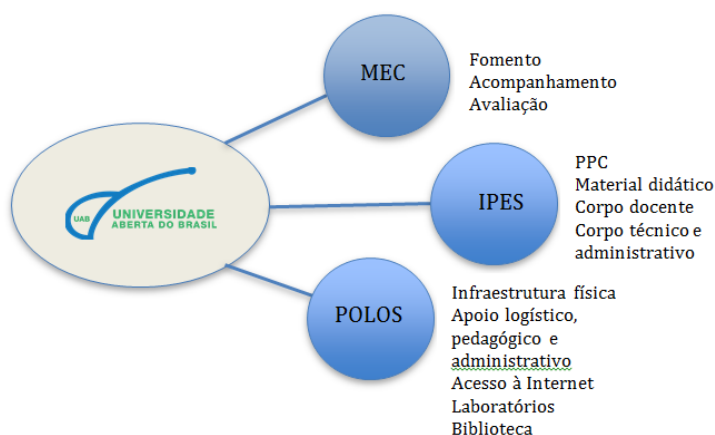
O Sistema UAB funciona a partir da parceria entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), especificamente, na Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES); as instituições de ensino superior e os entes federados (estados, Distrito Federal, prefeituras ou municípios).

As primeiras ofertas de cursos pelo Sistema UAB foram fomentadas por meio de edital da então Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC, ao qual as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) aderiam com projetos de curso. Nesse processo, estados e municípios se candidatavam a receber esses cursos, responsabilizando-se pela infraestrutura dos polos em que os alunos teriam acesso aos cursos. O processo para sediar polos de apoio presencial se deu

através de editais propostos pelo MEC através da SEED, denominados UAB1 (dezembro de 2005) e UAB2 (outubro de 2006). O primeiro edital, conhecido como UAB1, permitiu a concretização do Sistema UAB, por meio da seleção para integração e articulação das propostas de cursos, apresentadas exclusivamente por instituições federais de ensino superior, e das propostas de polos de apoio presencial, apresentadas por estados e municípios.

Dessa forma, a UAB funciona como um sistema colaborativo entre o MEC, as IPES (instituições públicas de ensino superior) e os polos de apoio presenciais (municípios e/ou estados), como mostra a figura 1:

**Figura 1 - Sistema Universidade Aberta do Brasil**



Fonte: Elaboração própria do autor.

Por sua vez, as IPES brasileiras aderiram ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), contribuindo significativamente para os êxitos até aqui obtidos com o crescimento expressivo da formação docente, formação de gestores, criação e aprimoramento de tecnologias inovadoras. Também se preocuparam com o desenvolvimento de métodos e técnicas, situando a educação superior a distância, tal qual é feita no Brasil pelas Universidades Públicas, em um patamar de excelência.

Atualmente o Sistema UAB conta com 104 instituições de ensino superior aptas a ofertar cursos a distância, sendo 56 universidades federais, 31 universidades estaduais e 17 institutos federais. Conforme dados recentes da DED/Capes, essas instituições ofertam mais de 600 cursos, entre graduação e pós-graduação, em territórios os mais diversos, em âmbito nacional e internacional. São mais de 170.000 alunos matriculados em seus cursos e mais de 16.500 bolsistas entre professores, tutores e outros profissionais ligados à manutenção do sistema.

Passaram pelo sistema UAB aproximadamente 320.000 alunos. Dentre esses, 200.000 estão cursando e por volta de 120.000 são profissionais já formados nas mais diversas áreas, sendo licenciados, bacharéis, tecnólogos e especialistas atendendo aos quatro cantos do país.

A Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC foi extinta em janeiro de 2011, no início do primeiro mandato da presidenta Dilma, e o Sistema UAB ficou sob responsabilidade da Capes, na diretoria de ensino a distância (DED), que incentiva, induz e fomenta o oferecimento de cursos no Sistema UAB.

## Participação da UFMT no Sistema UAB – constituição dos polos de apoio presencial

Hoje, no Brasil, são inúmeras as Instituições de Ensino credenciadas para oferecer cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD). Estima-se que mais de 300 instituições foram credenciadas pelo MEC para oferecer cursos a distância, entre 2000 e 2015, e juntas têm atendido a mais de 2.500.000 estudantes no País.

A UFMT é pioneira na modalidade EaD, pois desde 1995 já oferecia o Curso de Pedagogia, sediado no Instituto de Educação (NEAD), e atendeu até 2005 a mais de 5.000 alunos, com mais de 4.000 titulados. Contudo, o ato de credenciamento da UFMT na EaD só foi publicado em 2001<sup>2</sup> (PORTARIA Nº 372, DE 05 DE MARÇO DE 2001). Tal portaria a credencia a oferecer cursos a distância como também convalida os atos praticados pela UFMT, em relação ao curso de Pedagogia, a partir de 1995. Até agosto de 2000, quatro Universidades já haviam conseguido esse credenciamento: a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal do Paraná e a Universidade do Estado de Santa Catarina. Destas, duas obtiveram suas autorizações ainda em 1998, e duas em 2000 (LIMA SILVA, 2010).

Se pensarmos que, até 1998, a Universidade Federal de Mato Grosso era a única, no Brasil, a oferecer curso de graduação a distância e que, em 2000, o número de inscritos nos cinco cursos de Licenciatura a distância credenciados no MEC era inexpressivo, aproximadamente 5.000 estudantes, podemos nos dar conta do crescimento da Educação a Distância no nosso país.

A expansão da EaD, no Brasil, no início deste milênio, pode ser atribuída a dois fatores, pelo menos. O primeiro faz parte do processo de luta pela

---

2 Contudo, internamente, a UFMT havia aprovado, em 1994, a atuação em EaD e encaminhado tal solicitação ao MEC por duas vezes, entre 1994 e 1998.

democratização do ensino Médio e Superior. Há um grito forte e uma luta contínua para que o direito constitucional à educação se concretize para milhões de brasileiros excluídos deste bem social, e a Educação a Distância vem se firmando como uma das possibilidades para que isso se concretize.

Por outro lado, as tecnologias da informação e da comunicação realizaram enormes avanços e, em certo sentido, algumas delas se *popularizaram*, permitindo às pessoas ultrapassarem as distâncias geográficas e se aproximarem cada vez mais de forma síncrona e assíncrona.

Há, neste sentido, um rompimento do conceito de distância física. A educação está mais próxima, para uma parcela cada vez maior da sociedade (não está mais *a distância*, distante), e as tecnologias da comunicação permitem o diálogo e a interação entre pessoas em tempo real. O telefone, o bate-papo, os fóruns, a videoconferência, a web conferência, enfim, a educação mediatizada por tecnologias, está deixando sem sentido o falar em *distância* no campo da comunicação (PRETI, 2009).

Se antes existiam muitas resistências e pré-conceitos quanto à Educação a Distância (EaD), parece que a conjuntura econômica e política no limiar desse milênio encontrou na EaD uma alternativa economicamente viável, uma opção às exigências sociais e pedagógicas, contando com o apoio dos avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação. Dentro da atual crise estrutural, portanto, podemos observar que a conjuntura política e tecnológica tornou favorável a implementação da formação inicial e continuada de qualidade utilizando-se da EaD (PRETI, 2000).

Assim, ela passou a ocupar posição estratégica para satisfazer às amplas e diversificadas necessidades de qualificação profissional, seja pela contenção de gastos nas áreas de serviços educacionais, seja no nível ideológico, pois traduz a crença de que o conhecimento está disponível a quem desejar e em todo lugar. Para o sistema UAB, esse *locus* é o polo de apoio presencial, que funciona como estratégia de aproximação do estudante com seus professores e proporciona um local onde o estudante pode dispor da infraestrutura física, de pessoal e de equipamentos necessária para o desenvolvimento do curso que escolheu.

Para fomentar o ingresso dos entes federados no sistema UAB e a criação de polos de apoio presencial, o MEC, através da SEED, propôs editais denominados UAB1 (2006) e UAB2 (2008). Em Mato Grosso, concorreram ao edital UAB1 para constituição de polos os seguintes municípios: Cuiabá, Juara, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste e Ribeirão Cascalheira; no edital UAB2, foram os municípios de Alto Araguaia, Barra do Bugres, Diamantino, Guarantã do Norte, Jauru, Lucas do Rio Verde, Nova Xavantina, Pedra Preta, São Felix do Araguaia e Sorriso, totalizando dessa forma 15 municípios polo. Ainda na perspectiva de expandir o número de polos de apoio presencial pelo Brasil, o MEC, através da DED/CAPES, e em 2009 através da PORTARIA Nº 802, de 18 de agosto de

2009, instituiu novos polos e o Mato Grosso propôs polos nas seguintes cidades: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Confresa, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra. Infelizmente, desses polos, apenas o de Cáceres está ativo; os demais não foram efetivados.

Pela portaria Nº 803, de 18 de agosto de 2009, alguns polos do programa Pró-licenciatura foram incorporados ao sistema UAB, a saber: Colíder, Juína e Várzea Grande. Desses polos, o de Várzea Grande não foi efetivado, assim Mato Grosso contava, até essa data, com 26 polos, sendo que destes apenas 18 estavam ativos<sup>3</sup>.

Em setembro de 2009, foram instituídos, pela portaria 833 do MEC, os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente (FEPAD). Em Mato Grosso, como sempre à frente dos processos e por força do decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a política nacional de formação de profissionais do Magistério da Educação Básica, já havia sido instituído o Fórum em julho de 2009.

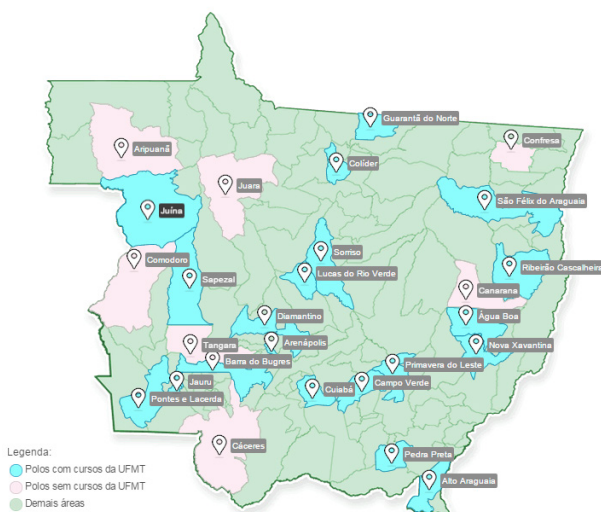
Com a institucionalização do FEPAD, o fluxo da solicitação de novos polos de apoio presencial passa a ser através do referido Fórum. Este, junto com o MEC/CAPES, normatizou os critérios para sua implementação, com participação das IPES que iriam atuar no polo. Dessa feita, novos municípios se candidataram a sediar polos de apoio presencial, a saber: Água Boa, Arenápolis, Aripuanã, Campo Novo do Pareceis, Campo Verde, Canarana, Comodoro, Juruena, Mirassol D'Oeste, Paranatinga, Poconé, Rosário Oeste, Sapezal, Vila Rica. Com a candidatura desses novos municípios, Mato Grosso passa a contar com 40 polos. Após a tramitação dos processos junto ao MEC/CAPES e tratativas com os mantenedores, alguns desistiram ou não encaminharam a documentação necessária para a institucionalização do polo sede. Dessa forma Mato Grosso, hoje, conta com 27 polos ativos, onde as IPES podem ofertar seus cursos. Desses polos, a UFMT atua em 19 deles. O mapa que segue mostra a localização dos respectivos polos.

---

3 Polo ativo significa polo com cursos em funcionamento.



**Figura 2 – A UAB/UFMT e sua atuação em Mato Grosso – 2006-2015**



Fonte: UAB/UFMT (2015).

A UFMT iniciou, em 2006, sua ação junto à Universidade Aberta do Brasil (UAB), que fomenta o oferecimento de cursos de formação inicial e continuada nos polos de apoio presencial mantidos pelos municípios e/ou estado. Nesse ano, propôs o Curso de Bacharelado em Administração – Projeto Piloto em cinco polos (campi da UFMT) em Mato Grosso, com objetivo de graduar 500 administradores dos órgãos públicos do estado de Mato Grosso e Banco do Brasil, parceiro neste curso.

Em 2007, a UAB/UFMT participou do Edital nº 1 proposto pela DED/CAPES/MEC (20/12/2005) para oferecimento dos cursos de Pedagogia, Bacharelado em Administração, Ciências Naturais e Matemática, ofertando 675 vagas, em quatro polos de Mato Grosso, atendendo professores da rede de ensino básico, administradores e comunidade em geral.

Os Cursos de Licenciatura em Pedagogia e Ciências Naturais e Matemática (ensino fundamental) foram oferecidos, então, com objetivo de atender à formação de professores, dada a demanda reprimida em alguns municípios. Em quatro municípios, Ciências ofereceu 225 vagas e Pedagogia 200 vagas.

Por meio do segundo edital DED/CAPES/MEC (2008), para início dos cursos em 2009, doze polos haviam sido implantados, com a presença da UFMT. Nessa oferta, foram 950 estudantes para os seguintes cursos de graduação:

- Administração Pública, agora com objetivo de formar Administradores Públicos, visto que havia grande demanda desses profissionais nos órgãos públicos do estado. Esse curso ofereceu 600 vagas em sete polos.

- Ciências Naturais e Matemática (ensino fundamental), em mais cinco polos, com 200 vagas, com intuito de contribuir para formar professores nessas regiões, assim como o Curso de Pedagogia em três polos, atendendo 150 professores. Na pós-graduação, em 2009, foram 1.120 vagas para os cursos:
  - Informática na Educação (320 vagas) e Direito Ambiental (120 vagas), atendendo oito polos. Também foram ofertados os cursos de pós-graduação voltados para a Administração, a saber: Gestão Pública (320 vagas) e Gestão em Saúde (360 vagas), que atenderam oito polos.
- Ofereceu ainda aperfeiçoamento para 780 cursistas nos cursos:

- Educação Ambiental (600 vagas) e Relações Étnico-Raciais (180 vagas), sendo atendidos 13 polos.

A UFMT continuou se esforçando para atender os estudantes e, em 2010, ampliou suas vagas, no sistema UAB, para os seguintes cursos:

- Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática (200 vagas) em quatro municípios polo.

Aperfeiçoamento para 1.190 cursistas nos cursos:

- Relações Étnico-Raciais (520 vagas, atendendo a 13 polos);
- Gênero e Diversidade na Escola (300 vagas em 6 polos);
- Escolas Sustentáveis e com Vidas (790 vagas em 11 polos). Desses polos, a UAB/UFMT, a pedido da SECADI, atendeu também municípios do Amazonas (2), Piauí (2) Goiás (1) e Maranhão (1), extrapolando as fronteiras do estado de Mato Grosso.

Assim, em 2011, como não houve edital para cursos de graduação e pós-graduação, a UFMT ofereceu apenas cursos de extensão no Programa de Capacitação Continuada (PACC) com 270 vagas. Em 2012, a UFMT participou de edital da DED/CAPES e propôs mais 1.050 vagas nos seguintes cursos:

- Licenciatura em Pedagogia (200 vagas em quatro municípios);
- Aperfeiçoamento nos cursos de Gênero e Diversidade na Escola (250 vagas, atendendo a seis polos);
- Produção de Material Didático para Diversidade (300 vagas em seis municípios polo);
- Extensão no Programa PACC Mais (300 vagas para estudantes de todos os polos de Mato Grosso).

Em 2013, participou de mais um edital da DED/CAPES, ofertando 3.045 vagas, desta feita atendendo a cursos de graduação (760 vagas), pós-graduação (1.695 vagas), aperfeiçoamento (720 vagas) e extensão (240 vagas) a saber:

- Administração Pública (225 vagas, em quatro municípios polo);
- Letras Português/Inglês (210 vagas, em seis municípios polo); e
- Letras Português/Espanhol (315 vagas, em nove municípios polo).

Na Especialização, com 1.695 vagas:

- 495 para Gestão Pública Municipal;
- 450 para Gestão Pública;
- 450 para Gestão Pública em Saúde; e
- 300 para Informática na Educação.

Esses cursos atenderam nove polos.

Em cursos de aperfeiçoamento oferece, neste ano, 720 vagas nos cursos de:

- Escolas Sustentáveis e com Vidas, com 300 vagas, atendendo a seis polos, e Gênero e Diversidade na Escola, com 400 vagas, em oito polos.

Na extensão, 240 vagas (cursos com 60 vagas cada):

- Legislação da Educação Superior em EaD; AVA Básico e Avançado, Objetos de Aprendizagem - Concepção e uso, Ferramentas e Mídias Digitais), atendendo a 19 polos.

Em 2014, a DED/CAPES/MEC abriu o edital 075 em dezembro, que foi suspenso, então a UAB/UFMT ofereceu 570 vagas nos cursos de extensão do PACC, a saber:

- Formação de Tutores (150 vagas); Formação de Autores (90 vagas); AVA Básico (90 vagas) e Ava Avançado (60 vagas); Informática: configuração e manutenção de equipamentos (60 vagas); Gestão em Polos EaD (60 vagas) e Design Instrucional em EaD (60 vagas).

A tabela 1 ilustra a evolução das vagas fomentadas pelo sistema UAB na UFMT desde 2006, quando do início do programa, até 2015.

**Tabela 1 – Evolução das vagas UAB/UFMT (2006 a 2015)**

atualizado em 10/09/2015		Evolução da oferta de vagas pela UAB/UFMT										Status	matriculados	formados
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014				
BACHARELADO	Administração Pilóto		500								concluído		169	
	Administração			250							concluído		101	
	Administração Pública 1ª Oferta 2009					600					concluído		135	
	Administração Pública 2ª Oferta 2013								225		andamento	116	405	
LICENCIATURA	Ciências Naturais e Matemática 1ª Oferta 2007			225							concluído		83	
	Pedagogia 1ª Oferta 2007			200							concluído		105	
	Ciências Naturais e Matemática 2ª Oferta 2011					200					concluído		84	
	Pedagogia 2ª Oferta 2009					150					concluído		134	
	Pedagogia 3ª Oferta 2012							200			andamento	155		
	Letras Inglês 2013								210		andamento	105		
	Letras Espanhol 2013								315		andamento	198	406	
	Total parcial	3075	500	675	0	750	200	200	750	0		574	811	
ESPECIALIZAÇÃO			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014			
	Gestão Pública					320						concluído	161	
	Gestão em Saúde					360						concluído	215	
	Informática na Educação					320						concluído	57	
	Direito Ambiental					120						concluído	75	
	Gestão Pública Municipal								495			concluído	173	
	Gestão Pública 3ª oferta								450			concluído	150	
	Gestão em Saúde 2ª oferta								450			concluído	232	
Informática na Educação - 2ª oferta								300			andamento	69		
	Total parcial	2815				1120			1695			69	1063	
APERFEIÇOAMENTO			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014			
	Educação Ambiental					600						concluído	182	
	Relações Étnico Raciais 1ª Oferta					180						concluído	124	
	Relações Étnico Raciais 2ª Oferta						520					concluído	342	
	Genero e Diversidade na Escola 1ª Oferta								300			concluído	150	
	Escolas Sustentáveis e Com vida 1ª Oferta						790					concluído	366	

	Genero e Diversidade na Escola 2ª Oferta										250			concluído	140
	Produção de Material didático para a Diversidade										300			concluído	220
	Escolas Sustentáveis e Com vida 2ª Oferta										300			concluído	215
	Relações Étnico Raciais 3ª Oferta										420			concluído	230
	<b>Total parcial</b>	<b>3660</b>					780	1610		550	720				<b>1969</b>
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014				
<b>EXTENSÃO</b>	Formação Continuada em EaD p Sistema UAB			190										concluído	92
	Formação de Tutores - UFMT e UFT				80									concluído	55
	Auxiliar de Biblioteca					75								concluído	42
	Formação de Tutores - SECADI II						60							concluído	42
	Formação de Tutores - 3.50.14						90							concluído	106
	Formação de Autores - 3.50.14						60							concluído	74
	Formação de Gestores - 3.50.14						60							concluído	37
	Formação de Tutores - PACC 2011							120						concluído	146
	Formação de Autores - PACC 2011							90						concluído	17
	Formação de Gestores - PACC 2011							60						concluído	43
	Formação de Tutores - PACC 2012								120					concluído	87
	Formação de Autores - PACC 2012								90					concluído	28
	Legislação da Ed. Sup. EaD - PACC 2012										60			concluído	17
	AVA Básico - PACC 2012									90				concluído	11
	AVA Avançado - PACC 2012										60			concluído	13
	Objetos de Apreñ. - Conceção e uso - PACC 2012										60			concluído	16
	Ferramentas e Mídias Digitais - PACC 2012										60			concluído	27
	Formação de Tutores PACC 2013											150		concluído	105
	Formação de Autores - PACC 2013											90		concluído	57
	AVA Básico - PACC 2013											90		concluído	54
AVA Avançado - PACC 2013											60		concluído	39	
Informática: config. e manut. equipa. - PACC 2013											60		concluído	47	
Gestão em Polos EaD - PACC 2013											60		concluído	42	
Design Instrucional em EaD - PACC 2013											60		concluído	39	
<b>Total parcial</b>	<b>1920</b>		<b>190</b>	<b>80</b>		<b>270</b>	<b>270</b>	<b>300</b>	<b>240</b>	<b>570</b>					<b>1236</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11470</b>	<b>500</b>	<b>865</b>	<b>80</b>	<b>2650</b>	<b>2080</b>	<b>270</b>	<b>1050</b>	<b>3405</b>	<b>570</b>			<b>643</b>		<b>5079</b>
						<b>11470</b>									

Fonte: UAB/UFMT, set. 2015. Elaboração própria do autor.

Pode-se notar, pela tabela 1, que foram ofertadas 11.470 vagas nesse período, contemplando a formação inicial e continuada de profissionais da educação e administradores públicos, sendo privilegiada a formação de educadores, como prevê o programa UAB em seus fundamentos. Desse total, foram titulados 5.079 estudantes, com taxa de sucesso de 44,28%. Desses, graduaram-se no bacharelado em Administração 405; nas licenciaturas, 406. Nas especializações, foram 1.063 pós-graduados; no aperfeiçoamento, 1.969; e em cursos de extensão, 1.236 concluintes. Esses concluintes, pelas informações coletadas junto às autoridades de cada região, foram aprovados em concursos e/ou cargos nas prefeituras. Alguns se tornaram secretários de educação de seus municípios. Apresentamos, resumidamente esses números na tabela 2.

**Tabela 2 – Síntese estudantes UAB/UFMT 2006-2015**

Cursos	Anos	Matrículas	Andamento	Formados	Sucesso %
Licenciatura	2006-2014	1.500	358	406	27,07
Bacharelado	2006-2013	1.575	116	405	25,71
Especialização	2009-2013	2.815	300	1.063	42,25
Aperfeiçoamento	2009-2013	3.660	-	1.969	53,80
Extensão	2007-2014	1.920	-	1.236	64,38
<b>Total</b>		<b>11.470</b>	<b>1.050</b>	<b>5.079</b>	<b>44,28</b>

Fonte: Elaboração própria do autor.

Segundo Costa et al. (2015), vale a pena ressaltar que o Sistema UAB tem sido a oportunidade dada aos estudantes que, entre outros fatores, não tiveram chances de estudos em período escolar regular e também àqueles que residem em localidades longínquas deste país, distante de capitais ou cidades sede de universidades. É lícito afirmar que é a chance de graduação dos estudantes em sua cidade de residência ou em municípios próximos. Dessa forma, ao se graduar, esses estudantes não migram para os grandes centros, mas permanecem em sua própria região, contribuindo para o desenvolvimento e avanços locais. As cidades que são sede de um polo UAB, cerca de 700 em todo o Brasil, já sentem esses avanços. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) desses municípios, hoje, é melhor do que antes da implantação dos cursos UAB<sup>4</sup>.

A título de exemplo, basta apresentarmos algumas cidades de Mato Grosso que são sede de polos do Sistema UAB; no início do sistema, em 2009, e depois, em 2013: Barra do Bugres passou do Ideb 3.7 ao 4.7; Colíder aumentou de 4.9 para 5.6; Sapezal, de 4.4 para 5.6; e São Félix do Araguaia, de 3.7 para 4.1, conforme dados extraídos do site do Inep.

Para Costa et al. (2015), não é possível afirmar, categoricamente, que a melhoria do índice do Ideb está exclusivamente ligada à instalação do polo de apoio presencial nessas localidades; contudo, a melhora do Ideb coincide com o período de início e funcionamento de cursos oferecidos pelas IPES nessas localidades, indicando como um fator positivo a presença da UAB nas cidades do interior do país. Considerando que cada cidade polo atende a um entorno de municípios bastante significativo e que a UAB tem como prioridade a formação inicial e continuada de professores, vemos que a presença dos cursos a distância tem contribuído para a melhoria da qualidade da educação básica em todo o estado.

Na mesma linha do Ideb<sup>5</sup> desses municípios, nas avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os cursos a distância oferecidos pelas IPES estão entre o escore 4 e 5 em uma escala de 0 a 5, o que demonstra a excelência dos cursos ofertados e a responsabilidade das instituições públicas formadoras.

Vale ressaltar também que a UFMT atuou internacionalmente, oferecendo o Curso de Pedagogia para 200 brasileiros residentes no Japão. Esse curso foi oferecido pelo NEAD/IE, com início em 2009 e término em 2013, tendo formado mais de 135 professores, para atender filhos de brasileiros naquele país.

---

4 Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=5672254>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

5 Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=5672254>> Acesso em: 10 jul. 2015.

Essas informações vêm corroborar a ideia de que a UFMT está contribuindo para a democratização do ensino superior não só em Mato Grosso, e o sistema UAB tem dado suporte em termos de fomento para que isso ocorra, oferecendo cursos de alta qualidade. A UFMT participa desse certame, até 2014, com cursos de graduação em Bacharelado em Administração Pública, Pedagogia, Ciências Naturais e Matemática, Letras Português/Inglês, Letras Português/Espanhol; e em cursos de especialização em Informática na Educação, Gestão Pública, Gestão Pública em Saúde e Gestão Pública Municipal, em 19 municípios polos de Mato Grosso.

## Perspectiva para 2016

O sistema UAB vinha, até 2013, publicando anualmente um edital de chamada para articulação para oferta de curso. Honrando esse compromisso, em 2014 publicou edital para articulação de cursos em 15 de dezembro, cumprindo o preceito de um edital por ano. Para esse edital, fora negociada junto às IPES, por intermédio dos coordenadores UAB, a oferta de 250.000 vagas, de 1/7/2015 a 30/6/2016, de acordo com as disponibilidades orçamentárias da DED/CAPES (itens 6 e 11.1 do edital) distribuídas da seguinte forma: Licenciaturas 50%; Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos (PNAP), Bacharelado e Especializações 30%, e demais cursos 20%.

No fechamento do edital, foram apresentadas 197.820 vagas em 888 cursos, sendo 49.202 vagas para o segundo semestre de 2015 e 148.618 para o primeiro semestre de 2016 assim distribuídas:

- Licenciatura: 79.184, perfazendo 40,0% das vagas;
- PNAP: 46.730, perfazendo 23,6% das vagas e,
- Outros: 71.906, perfazendo 36,3% das vagas, sendo 45.020 especializações para formação de professores.

Concorrendo ao edital 075, houve adesões de oito novas IPES, totalizando 96 proponentes neste edital.

Os resultados do Edital 075 de dezembro de 2014, segundo dados da DED/CAPES, foram 804 cursos articulados e, dentre estes, 233 novos em 746 polos (desses, 77 novos).

Na tabela 3, pode-se observar as diversas categorias de cursos ofertados e respectivas vagas articuladas.



**Tabela 3: Resultados do Edital 075**

Tipo de Curso	Quantidade de Cursos	Vagas
Bacharelado	63	19.245
Licenciatura	316	77.294
Formação pedagógica	11	1.890
Tecnólogo	28	8.391
Especialização	386	91.000
<b>Total</b>	<b>804</b>	<b>197.820</b>

Fonte: DED/CAPES (2015)

No edital 075 de oferta de cursos para o Sistema UAB, dados na tabela 3, foram oferecidas 197.820 vagas, o que significa que esse é um sistema de fôlego que tem muito a oferecer ao país em termos de formação superior e pós-graduada, principalmente se pensarmos nas metas propostas para o PNE (2014 – 2024). Nesse sentido, mesmo em tempos difíceis, o sistema UAB se coloca como a esperança para milhares de brasileiros que buscam uma formação em nível superior. É um sistema que responde aos desafios apresentados por uma nação sedenta por mais educação e de melhor qualidade.

A UAB/UFMT se insere nesse edital ofertando cursos de graduação e pós-graduação, contribuindo assim para o atingimento das metas do PNE e para a democratização do ensino superior em Mato Grosso, como demonstra a tabela 4.

**Tabela 4 – Articulação de vagas UAB/UFMT – Edital 075 DED/CAPES**

		Edital 075/dez 2014 - UAB/UFMT					
		2015	2016	vagas ofertadas	nº polos	demanda	% de atendimento
LICENCIATURA	Administração Pública		X	250	4	857	
	Ciências Naturais e Matemática	X	X	350	5	416	
	Pedagogia		X	240	4	557	
	Matemática		X	300	6	474	
	Informática		X	200	4	217	
	Total parcial				1340	17	2521
ESPECIALIZAÇÃO				vagas ofertadas	nº polos	demanda	
	Gestão Pública		X	250	5	470	
	Ensino de Ciências Naturais		X	240	8	325	
	Informática na Educação		X	280	8	478	
	Mídias Digitais para a Educação		X	300	10	415	
	Total parcial				1070	17	1688
TOTAL GERAL				2410		4209	57,26

Fonte: UAB/UFMT (2015). Elaboração própria do autor.

Devido à demanda (4.209 candidatos) para esses cursos, a UFMT, juntamente com os Institutos e Faculdades, decide oferecer 2.410 vagas, que

correspondem a 57,26% da respectiva demanda, o que mostra o esforço da UFMT em atender os interessados. Dos cursos articulados pela UAB/UFMT, cinco são de graduação: Administração Pública com 250 vagas e quatro polos; Ciências Naturais e Matemática, com 350 vagas em cinco polos; Pedagogia, com 240 vagas e quatro polos, esses sendo reofertados. Na perspectiva de melhor atender à população mato-grossense, propõe dois cursos novos, sendo a Licenciatura em Matemática, com 300 vagas em seis polos, e Licenciatura em Informática, com 200 vagas em quatro polos. Esses cursos serão ofertados em 17 municípios polo.

Devido ao contingenciamento de recursos do governo federal, o Edital 075 encontra-se adiado. Os cursos que se iniciariam em 2015 passam para 2016/1, e os de 2016/1 passam para 2016/2.

Mesmo nesse período de contingenciamento, tanto a UFMT oferecendo um número expressivo de vagas, como o sistema UAB, que tem mais de 170.000 alunos ativos, mostram que as IPES e a CAPES continuam apostando que essa é uma das formas de viabilizar e cumprir as metas do Plano Nacional da Educação (PNE) (2014/2024) para o ensino superior. Esse é um panorama que exige das instituições partícipes a organização, a revisão de modelos e a mobilização, a fim de manter a qualidade dessa oferta e com o objetivo maior de estabilizar e institucionalizar a educação a distância.

Não obstante, no decorrer do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011 a 2014), o programa passou a ser afetado pelo contingenciamento de recursos que, como é de conhecimento público, atinge o seu ápice no início do segundo mandato. Nesse momento, de forma contraditória, instituiu-se a chamada *Pátria Educadora* e se estabeleceram cortes orçamentários em praticamente todos os programas governamentais do MEC. Não nos parece paradoxal?

## Considerações finais

O Sistema Universidade Aberta do Brasil apresenta, em seus processos de financiamento, de produção de recursos pedagógicos e de materiais didáticos (sejam impressos ou em outras mídias), de capacitação de pessoal para as atividades de gestão, docência, tutoria, em sua equipe multidisciplinar e no próprio sistema de registros e trocas de informações entre as instituições integrantes, características que o identificam como uma organização em rede.

Entretanto, essa concepção de rede não está presente nos textos legais que instituem o sistema, muito menos nos conteúdos da sua apresentação nos documentos que divulgam as suas ações, nem no seu portal na internet.

A UAB/UFMT pertence a essa rede como partícipe do sistema, e dessa forma tem lugar nas decisões pertinentes aos caminhos e destinos da UAB e



da EaD intrínseca nesse processo, seja no oferecimento de vagas e cursos que alimentam o sistema, seja contribuindo para a respectiva qualidade desejável às ações da EaD e decisões concernentes ao seu bom funcionamento.

Os dados apresentados (11.470 vagas e 5.079 titulados) apontam para uma instituição que se posiciona frente ao desenvolvimento social, acadêmico, econômico de Mato Grosso, estando presente, para além dos seus cinco campi (Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garças, Sinop e Várzea Grande) em mais 19 municípios polo, comprometida com a sociedade, interiorizando cursos de formação inicial e continuada de excelente qualidade. Nesse sentido, tem contribuído de maneira efetiva e concreta com a democratização do ensino superior em Mato Grosso, formando e fixando profissionais de diversas áreas em seus municípios de origem.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto 5.800, de 08 de julho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/images/storIPES/downloads/legislacao/decreto5800.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

CAVALCANTE, I. F.; LEME, E. C. (Org.). **Experiências e práticas da EaD no Brasil**. EdIFRN, 2015.

COSTA, M. L. F.; CAVALCANTE, I. F.; RINALDI, C. **UAB e a democratização do ensino superior**. A Rede Educa. Brasília, DF, 24 jul. 2015.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=5672254>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

LIMA SILVA, A. C. Um panorama do Ensino de Graduação a Distância no Brasil, **Revista Infotec**, Campinas, UNICAMP, 2000. <Disponível em: <<http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/artigos/anacatarina.html>>. Acesso em: 9 jul. 2015

PRETI, O. **EaD: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUMT, 2009.

\_\_\_\_\_. Educação a distância e globalização: desafios e tendências. In: PRETI, O. **Educação a Distância construindo significados**. Cuiabá: EdUFMT, 2000.

Recebimento em: 26/11/2015.

Aceite em: 15/12/2015.